

IPEA diz que Bahia ocupa o 3º lugar em pobreza e indigência

Fotos: Walter Carvalho e Marco Aurélio

Valdicéa do Val

Pesquisa anunciada esta semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) revela que 80,45% dos baianos estavam abaixo da chamada "linha da pobreza" entre 1996 e 1997, ganhando menos de R\$ 132 por mês, e que 60,24% chegavam a estar abaixo da "linha de indigência", com rendimento inferior a R\$ 65. Em ambos os indicadores, o estado ocupava a terceira pior posição do Brasil, só perdendo para o Maranhão e o Piauí.

O coordenador da pesquisa, Marcelo Neri, explica que o índice de "indigência" corresponde ao total gasto para o consumo calórico mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A "pobreza", por sua vez, leva em conta, além da alimentação, a satisfação de outras necessidades básicas individuais, como transporte, habitação etc.

Atualizados até junho deste ano, tais indicadores equivaleriam a R\$ 73,36 e R\$ 149. Neri calcula, com base nesses números, que, para erradicar a "indigência" no estado, seria necessário redistribuir cerca de R\$ 305 milhões na economia por mês. Para eliminação da "pobreza", o montante necessário seria da ordem de R\$ 996 milhões/mês.

Mesmo com indústria

A situação de miséria na Bahia foi aferida pelo estudo até mesmo em alguns dos municípios mais industrializados, como Camaçari, Simões Filho e Candeias. No primeiro, onde está instalado o pólo petroquímico, 36,81% dispunham de menos do que R\$ 65 ao mês e 66,9%, abaixo de R\$ 132. Em Candeias e Simões Filho, que abrigam o Centro Industrial de Aratu, os percentuais de "indigência" eram de 51,48% e 39,43%, respectivamente, e os de "pobreza", 76,83% e 77,29%.

Em Salvador, centro financeiro e comercial do estado, com renda média per capita de R\$ 248,85 e 2,2 milhões de habitantes, o volume de pessoas com renda inferior a R\$ 132 equivalia a 57,98% da população e o



Falta de habitação e alimentação adequadas são indicadores considerados para classificar a população de "indigentes", a 32,61%.

Análise por tipos

Neri observa que, na análise dos chefes de família, as mais elevadas incidências de "indigentes" foram verificadas entre indígenas (82,92%) e indivíduos de raça não especificada

(82,28%), onde se concentram os mestiços. O volume entre os negros também foi elevado (60,04%), ficando 10,44 pontos percentuais acima do montante encontrado entre os brancos.

Outro fator demonstrado, destaca o economista, foi o quanto a escolaridade influencia diretamente no poder

adquisitivo. Entre aqueles que têm no máximo um ano de escola, 71 recebiam menos de R\$ 65 e, até três anos, 68,25%. Como mais de cinco anos de estudo, o percentual encontrado foi de apenas 4,45%

A pesquisa baseou-se em dados fornecidos pela última PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE. Em nível nacional, 27,99% da população foi classificada como "indigente" e 50,21% se enquadrava na situação de "pobreza".

Os estados mais ricos - com o menor índice de "indigência" - são São Paulo (8,18%), Rio de Janeiro (12,32%) e Rio Grande do Sul (14,28%), além do Distrito Federal (12,9%). Os destacados como pobres - com o maior número de "indigentes" - excluindo a Bahia - foram o Maranhão (69,2%), Alagoas (65,67%) e Alagoas (58,42%).

Como é feita a pesquisa

Para entender melhor a pesquisa da PNAD, é preciso ter em mente que todos os membros da família são levados em conta no cálculo da renda per capita domiciliar - crianças, desempregados, inativos, idosos etc. A renda familiar mensal é dividida pelo número de membros que residem no domicílio, chegando ao valor que,

em tese, cada um disporia para suas necessidades individuais.

Sendo assim, para que uma família constituída por um casal e dois filhos fique acima da "linha da pobreza" atual, tem que obter uma receita mensal de R\$ 596, ou seja, mais de quatro salários mínimos, cujo valor vigente é de R\$ 136.

Dados não surpreendem políticos da oposição

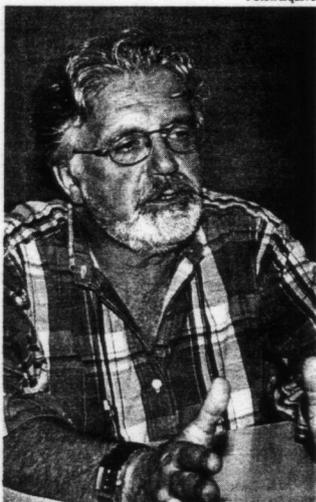
Raul Fonseca e
Jeane Borges

Os números divulgados pelo IPEA não surpreenderam políticos oposicionistas baianos. Apesar de reconhecer que o valor que estabelece a linha de miséria do instituto é superior ao salário mínimo, de R\$ 136,00, o deputado federal Jacques Wagner (PT) lembrou que os índices obtidos não diferem muito dos estudos realizados pela CUT.

A Central Única dos Trabalhadores considera, por exemplo, que 50% da população economicamente ativa do país ganha menos do que um salário mínimo. "O fato é que, depois do Plano Real, que trouxe o fetiche do controle da inflação, a concentração de renda aumentou", avalia o parlamentar petista, referindo-se ao processo de empobrecimento, por exemplo, da classe média.

"Não acredito que os pobres ficaram mais pobres, mas certamente a classe média empobreceu mais e os ricos ficaram mais ricos", disse Wagner, usando os números do IPEA para confirmar uma tese do PT: a de que o controle da inflação não resolve a questão da concentração de renda. "Pelo contrário, com o retorno da inflação, a situação está piorando", completa.

Foto: Arquivo



Wagner: classe média empobreceu

Realidade perversa

Presidente da Comissão de Direitos do Cidadão da Câmara Municipal, o vereador Daniel Almeida (PCdoB) interpreta os números divulgados pelo IPEA como resultado da política carlista, que vem predominando na Bahia nessas últimas três décadas. "ACM (o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães) passou a vida inteira produzindo esse resultado", avalia.

Almeida diz que a realidade evidenciada pelo IPEA não é motivo para surpresas, uma vez que relatórios divulgados pelo Banco Mundial (Bird), Unicef e Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que a Bahia se inclui entre os estados brasileiros com os piores indicadores sociais do país. Para ilustrar, citou o último relatório do Bird, divulgado no início do ano, que apontava a Bahia na 19ª colocação em se tratando de condições de desenvolvimento humano.

A despeito de ocupar o 6º lugar na economia nacional, a Bahia tem posição de liderança,

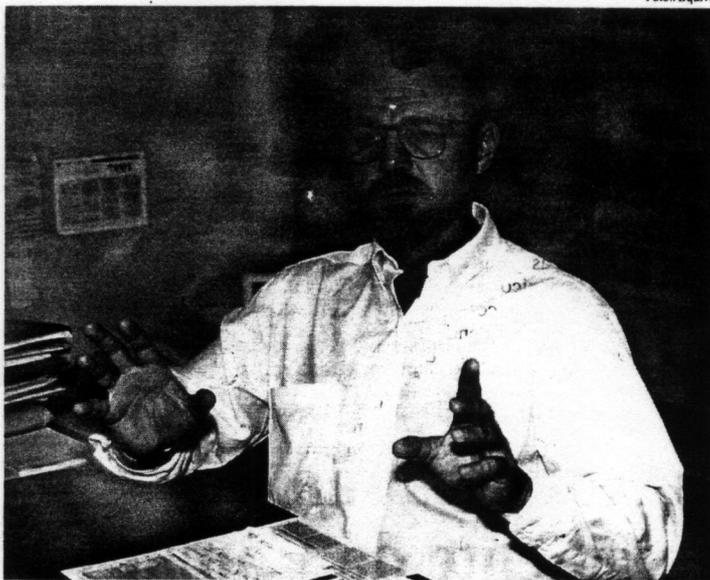


Foto: Arquivo

Daniel Almeida: estado é dono de uma perversa concentração de renda

também, em se tratando de índices de analfabetismo e em incidência de tuberculose, considerada doença da fome, diz Almeida. Citou ainda a "perversa concentração de renda" no estado, o que só contribui, conforme avaliou, para acentuar os índices de extrema pobreza e indigência da população. "Os ricos é que são os beneficiários das riquezas geradas na Bahia e

a responsabilidade desse processo recai sobre o carlismo que domina o estado há mais de três décadas", reforça.

Alguns dos políticos consultados sobre a pesquisa do IPEA — incluindo os ligados a partidos que dão sustentação ao governo — preferiram não tecer comentários sobre o assunto, por considerar "irreais" os números divulgados pelo instituto.

O MAPA DA POBREZA NA BAHIA

Municípios	População Total	Renda Domiciliar Per Capita	Proporção de pobres (%)	População (%)
Total-Estado.....	12,670,681	116,06	80,45	100,00
Total - Municípios Representativos	4,314,178	195,03	65,22	34,05
Camaçari	157,746	138,81	66,93	1,24
Candeias	66,556	97,24	76,83	0,53
Feira de Santana.....	499,730	146,93	64,51	3,94
Ilhéus.....	153,997	121,14	83,85	1,22
Itabuna.....	281,552	152,11	74,05	2,22
Jequié	147,867	95,65	81,52	1,17
Juazeiro	192,186	123,10	77,70	1,52
Lauro de Freitas	74,637	308,45	56,18	0,59
Salvador	2,253,207	248,85	57,98	17,78
Simões Filho	79,298	108,97	77,29	0,63
Vera Cruz	18,635	107,52	83,89	0,15
Vitória da Conquista	291,161	114,97	77,88	2,30

Fonte: PNAD 1996-97 - IBGE/Elaborado por IPEA-IETS

Linha de Pobreza: R\$ 132,00 - valor da Linha de Pobreza pra a Região Metropolitana de São Paulo ajustado pelo custo de vida regional